----------ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA, REALIZADA NO DIA VINTE E OITO DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO:----------

----------Ao vigésimo oitavo dia do mês de Junho do ano de dois mil e cinco, realizou-se no Auditório da Biblioteca Municipal "José Saramago", em Odemira, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo senhor Manuel António Dinis Coelho, secretariado pelos senhores Amâncio Francisco Mendes da Piedade (Primeiro Secretário) e António Maria Guerreiro (Segundo Secretário), e convocada pelo primeiro ao abrigo do artigo quadragésimo nono e da alínea b) do número um, do artigo quinquagésimo quarto da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, conjugado com o disposto na alínea b) do número um do artigo décimo quarto do respectivo Regimento, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

----------I– PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:----------

----------Ponto um: Actas das Sessões: Ordinária de 25/02/2005; Extraordinária de 28/03/2005; Extraordinária de 25/04/2005 e Ordinária de 29/04/2005: apreciação e aprovação;----------

----------Ponto dois: Leitura de Expediente;----------

---------Ponto três: Apreciação de assuntos de interesse para o Concelho.----------

----------II– PERÍODO DA ORDEM DO DIA:----------

----------Ponto um: Cumprimento do disposto na alínea e) do nº1 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002 de 11/01: apreciação;----------

----------Ponto dois: 7ª Modificação Orçamental – 2005: 3ª Revisão ao Orçamento da Despesa; 2ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais; 3ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos: apreciação e deliberação;----------

----------Ponto três: Protocolo de limpeza anual de praias na freguesia de Zambujeira do Mar:

apreciação e deliberação;----------

----------Ponto quatro: Protocolo de limpeza anual de praias na freguesia de S. Teotónio: apreciação e deliberação;----------

----------Ponto cinco: Protocolo de limpeza anual de praias na freguesia de Longueira/ Almograve: apreciação e deliberação;----------

----------Ponto seis: Protocolo de limpeza anual de praias na freguesia de Vila Nova de Milfontes: apreciação e deliberação;----------

----------Ponto sete: Reconhecimento de Interesse Público – ETAR do Viradouro – Freguesia de Sabóia: apreciação e deliberação;----------

----------Ponto oito: Proposta de atribuição de Medalha Municipal de Mérito – Ouro ao senhor Dr. António Calapez Gomes Garcia: apreciação e deliberação;----------

----------Ponto nove: Requerimento apresentado pela empresa Servipraia – Hotelaria e Turismo, Ldª, sobre o processo Quebramar.----------

----------III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:----------

----------**ABERTURA DA SESSÃO**----------

----------Pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou, nos termos da Lei, aberta a sessão e, depois de saudar os presentes, passou a palavra ao Primeiro Secretário que procedeu à chamada, tendo-se verificado, após algumas chegadas mais tardias, a presença de trinta e um membros da Assembleia a saber, os senhores Amâncio Francisco Mendes Piedade, António Amaro Freire Marreiros Figueira, António Eduardo Guerreiro da Silva, António Manuel de Oliveira Rita Viana, António Maria Guerreiro, Arménio Salgado Silvestre, Augusto Inácio Maria, Dinis Manuel Campos Nobre, Dulce Loução de Matos Raposo, Francisco Aleixo Silveira, Hélder António Guerreiro, Horácio de Oliveira Gonçalves, Humberto Inácio Encarnação, João Maria Salvador, Joaquina Maria Eduarda Bernardino, José Alberto Silva de Almeida, José da Silva Valério, José Guerreiro da

Silva Mendes (em substituição do senhor José Manuel dos Reis Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de São Teotónio), José Manuel Gonçalves Guerreiro, Ilídio Anjos Ramos (em substituição do senhor José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias), José Maria Joana, Leonel Nunes Rodrigues, Luís Ventura Mendonça, Manuel António Dinis Coelho, Manuel Augusto Piegas Marcos, Manuel da Silva Cruz, Maria Luísa Vilão Palma, Mário Neves Páscoa Conceição, Paulo Jorge Dias Reis, Tito Silvestre Nobre Palma e Vanda Maria dos Santos Benito da Silva Ribeiro, e a ausência dos senhores Carlos José Martins Cortez, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Santiago, Fernando José Romão da Silva Valério, Hélia Maria dos Anjos Guerreiro Lino Patrício, José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha, Justino Augusto Baptista Abreu dos Santos, Manuel José da Silva Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Sabóia e Maria Virgínia Constanço Botica.----------

----------Do executivo da Câmara Municipal de Odemira, estiveram presentes os senhores António Manuel Camilo Coelho, Presidente da Câmara Municipal de Odemira, Carlos Alberto Silva Oliveira e José Alberto Candeias Guerreiro, Vereadores eleitos pelo Partido Socialista e Francisco José Caldeira Duarte, Vereador eleito pela Coligação Democrática Unitária.----------

----------Reportando-se às faltas verificadas nas sessões anteriores, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, relativamente à sessão extraordinária realizada no dia vinte e oito de Março do ano de dois mil e cinco, não tinham justificado as falta os senhores José Manuel Guerreiro, Presidente da Junta de Freguesia de Relíquias, Leonel Nunes Rodrigues, Presidente da Junta de Freguesia de Pereiras-Gare e Manuel José da Silva Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Sabóia. Quanto à sessão extraordinária de vinte e cinco de Abril do corrente ano, não tinha justificado a falta o senhor José Vieira Ramos, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Velha.----------

-----Por último, relativamente à sessão ordinária que se realizou no dia vinte e nove de Abril do

corrente ano, não tinham justificado as faltas os senhores Horácio de Oliveira Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Boavista dos Pinheiros, Justino Augusto Baptista Abreu dos Santos, Manuel da Silva Cruz e Maria Virgínia Constanço Botica.----------

----------**I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**----------

----------**Ponto um**: ACTAS DAS SESSÕES: ORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO; EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO; EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E CINCO E ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E CINCO: Uma vez que todos os presentes se encontravam de posse de exemplares fotocopiados das actas em epígrafe, que foram previamente enviadas com a restante documentação para esta sessão, foi por isso dispensada a leitura e imediatamente submetidas à discussão.----------

----------A) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO:----------

----------Interveio a senhora Vanda Ribeiro que referindo-se à sétima página, na décima quarta linha, sugeriu que fosse acrescentado o número ou nome da estrada que iria ser objecto de obra.

----------Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que se tratava da estrada número trezentos e noventa e três.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que propôs que na sétima página, na décima quarta linha, onde se lê: "…quando as obras da estrada começassem,", devia se ler: "…quando as obras da estrada número trezentos e noventa e três começassem,". Esta proposta foi aprovada por consenso.----------

----------Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação daquela acta, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista e oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária,

quando estavam presentes vinte e seis membros da Assembleia Municipal.----------

----------B) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E OITO DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E CINCO: Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela acta, a qual foi aprovada por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista e nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal.----------

----------C) ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E CINCO DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E CINCO: Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela acta, a qual foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal.----------

----------D) ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DE DOIS MIL E CINCO: Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação daquela acta, a qual foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, oito votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Socialista e uma abstenção dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes vinte e sete membros da Assembleia Municipal.----------

----------**Ponto dois**: <u>LEITURA DE EXPEDIENTE</u>: A exemplo das sessões anteriores, embora todos os presentes se encontrassem munidos de fotocópias dos mapas-resumo da correspondência recebida e expedida desde a última sessão ordinária, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou os respectivos originais à disposição de eventuais interessados, para melhor esclarecimento.----------

----------Interveio a senhora Vanda Ribeiro que referindo-se à quarta folha do mapa da correspondência expedida, questionou sobre o que era entendido por “Lista Anexa”, constante na coluna do destinatário.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que se tratava da listagem de membros deste órgão ou Presidentes das Juntas de Freguesia e de Assembleia de Freguesia, a quem eram notificadas as faltas às sessões da Assembleia Municipal.----------

----------Interveio a senhora Dulce Raposo que referindo-se à segunda folha do mapa da correspondência expedida, com a referência número dezasseis, solicitou esclarecimentos sobre a questão dos tinteiros para as escolas do primeiro ciclo.----------

-----Por último, relativamente à terceira folha do mapa da correspondência expedida, nomeadamente ao documento com a referência trinta e um, solicitou esclarecimentos sobre a construção da EB1 de Colos.----------

----------Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que o senhor Professor Bruno Godinho, da EB1 de Brunheiras, tinha remetido à Assembleia Municipal uma carta, na qual solicitava tinteiros para a citada escola. O seu despacho foi no sentido de encaminhar a carta para a Câmara Municipal de Odemira, por ser a entidade com competência na matéria, tendo esse assunto merecido uma resposta por parte do Vereador da Cultura.----------

-----Quanto à EB1 de Colos, informou que tinha recebido um fax do senhor Joaquim Gonçalves que questionava sobre a abertura da referida escola. O citado fax foi igualmente remetido à Câmara Municipal de Odemira, solicitando esclarecimentos, bem como ao próprio interessado para que explicasse melhor a questão apresentada, uma vez que o teor do fax era muito vago.---

-----Relativamente aos assuntos em questão, interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que referiu que o Professor da EB1 de Brunheiras, tinha exposto à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal as necessidades sentidas, nomeadamente em relação a tinteiros, tendo

sido explicado os apoios dados pelo Município às escolas, através de protocolos com as Juntas de Freguesia do Concelho, na atribuição de verbas para apoio às TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação).----------

-----Quanto à EB1 de Colos, informou que em Setembro do ano transacto, a escola não tinha sido dada como apta, não havendo segurança suficiente para receber as crianças. Em face do exposto, encontraram um espaço alternativo, em dois contentores com ar condicionado que foram colocados no recinto da escola para, provisoriamente, receberem as crianças. Revelou também que, em tempo recorde, tinha sido elaborado o projecto da nova escola, encontrando-se o concurso em fase de adjudicação, esperando que no próximo ano lectivo a mesma já esteja em funcionamento.----------

----------Interveio o senhor Augusto Maria, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que reportando-se ao documento número quarenta e quatro do mapa da correspondência recebida, manifestou o seu agradecimento pelo apoio prestado pela Câmara Municipal de Odemira aos Bombeiros Voluntários de Odemira e, bem assim sugeriu ao senhor Presidente da Câmara Municipal a elaboração de um relatório sobre os Bombeiros Voluntários de Odemira, nas suas missões de socorro a sinistros, com vista à atribuição de uma condecoração ao seu estandarte.----------

----------Inteveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o relatório deveria ser elaborado por eles e posteriormente ser submetido à apreciação do Executivo Municipal.----------

----------Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.----------

----------**Ponto três**: APRECIAÇÃO DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:----------

----------O senhor Francisco Silveira referiu que no final do ano transacto, tinha falado na

questão da segurança nas praias, nomeadamente na ausência de nadador-salvador e meios de socorro a náufragos, nos meses de Junho e Setembro. Revelou ainda que, na altura tinham informado que tal situação tinha a ver com o facto da época balnear decorrer apenas entre os meses de Julho e Agosto.----------

-----Por último, disse que no presente ano, a época balnear tinha iniciado em Junho e até ao momento ainda não haviam nadadores-salvadores nas praias, nem utensílios de socorros a náufragos.----------

----------A senhora Maria Luísa Palma revelou que era porta-voz de várias pessoas de Vila Nova de Milfontes, que estavam descontentes pelos estragos nas respectivas habitações, provocados pela grande construção na marginal da praia, junto ao lavadouro público.----------

-----Revelou ainda que o construtor já tinha manifestado que não se responsabilizaria, porque tinha tudo em condições. Disse também que estranhamente na Câmara Municipal, não tinha facultado o processo da obra em causa, às pessoas que se tinham dirigido aos serviços para consultá-lo.----------

----------A senhora Dulce Raposo apresentou um voto de louvor ao povo de São Teotónio, pela realização de mais uma edição do Festival de Mastros, onde trabalharam activamente para dar a conhecer toda a potencialidade e vitalidade daquela freguesia. Por último, considerou que o Festival de Mastros era uma mais valia para a Freguesia de São Teotónio e para o Concelho de Odemira.----------

----------O senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, perguntou se as escolas da sua freguesia estavam incluídas no plano de reparação e recuperação das escolas.----------

-------Seguidamente, apresentou a Moção que seguidamente se transcreve na integra:----------

---“**A SECA EXTREMA EM PORTUGAL E PARTICULARMENTE NO ALENTEJO**---

----------Atendendo à difícil situação que está criada, motivada pela seca extrema que afecta o nosso País e particularmente o Alentejo em todas as vertentes, nomeadamente os nossos agricultores que se vêem confrontados com grandes dificuldades para manter a alimentação dos seus gados e abeberamento dos mesmos. E muito embora este assunto tenha merecido alguma atenção por parte do Governo que a nosso ver e atendendo à difícil situação já actual que passará a ser muito em breve a uma extrema gravidade, deveria merecer do Governo uma atenção muito especial sobre o assunto, implementando mais algumas medidas que pudessem atenuar mais um pouco, a grave situação que o sector atravessa. A qual já não bastando a aflitiva situação referente à seca e todos os custos a mais que a mesma vem trazendo aos criadores dos gados ainda paralelamente se vêem confrontados com os baixos preços dos seus animais que actualmente estão a ser praticados, e suportar os custos das burocracias impostas pela Direcção Geral de Veterinária e A.D.S. etc, motivadas pelo aparecimento de mais este inesperado problema da língua azul, que limita a circulação normal de animais, cujas consequências recaem todas sobre os agricultores, que vêem as suas vidas piorar cada dia que passa, vendo-se obrigados a vender a preços irrisórios aquilo que tanto trabalho lhes deu a criar.
----------Por tudo isto, e considerando as medidas já tomadas actualmente que apontam de imediato para os empréstimos bancários, muito embora, com juros suportados pelo estado e considerando que as mesmas se tornam efectivamente poucas para a grave situação que se atravessa, vinha-mos propor o seguinte, no campo das ajudas:----------
----------1º Que fossem minimizadas ao máximo, e sem custos aos agricultores, de todos os problemas burocráticos no que respeita à circulação dos animais.----------
----------2º Que fossem disponibilizados nomeadamente os meios de transporte gratuito para as palhas e fenos que forçosamente terão de ser importados de Países da União Europeia, com vista a que os mesmos possam chegar aos nossos agricultores, com preços muito mais baixos do que se estão praticando actualmente, atenuando deste modo um pouco a situação.----------

----------A presente Moção se for aprovada vai ser enviada a S. Ex.ª Sr. Primeiro-Ministro, ao Exmº Senhor Ministro da Agricultura e Florestas e Sr. Secretário de Estado e com conhecimento à comunicação social.”----------

----------A senhora Vanda Ribeiro perguntou se na obra da Estrada do Viradouro, estavam previstos passeios para a zona entre o bairro e Sabóia.----------

-----Revelou também que ao consultar o site do INAG – Instituto Nacional da Água, tinha reparado que em mil novecentos e noventa e nove, a água da barragem de Santa Clara-a-Velha era de má qualidade. Perguntou ainda se a Câmara Municipal tinha informações acerca do resultado das análises às águas da barragem e das fontes de nascente, pelo facto de muitas pessoas que não tinham água canalizada, como Corte Brique, utilizarem esses recursos.----------

----------O senhor Manuel Cruz referiu que, aquando do incêndio na serra de São Luís, muitos cabos da TVCabo tinham ardido e tinham sido imediatamente repostos pela empresa. Lamentavelmente, passado um mês, o lixo deixado pela substituição ainda continuavam no mesmo local, pelo que sugeriu que fosse notificada a empresa responsável para limpar a zona em causa.----------

-----Reforçou também a preocupação pela falta de segurança nas praias, relembrando que o feriado do corrente mês, tinha levado muitas pessoas a Vila Nova de Milfontes.----------

-----Por último, perguntou em que situação se encontravam os Planos de Urbanização do Litoral do Concelho e os Planos de Pormenor.----------

----------O senhor Hélder Guerreiro congratulou-se com a colocação dos Ecopontos no Concelho de Odemira e considerou que se tratava de uma actividade importante para a educação ambiental. Considerou também que o Pólo Ambiental deveria ser entendido como um motivo de orgulho para o Concelho de Odemira.----------

-----Em relação aos Mastros de São Teotónio, chamou a atenção para o novo movimento criado na presente edição, através da congregação do movimento associativo, para mobilizar as

pessoas. Considerou que se tratava de um exemplo em que a sociedade civil estava a emergir outra vez, com um movimento capaz de produzir coisas. Manifestou também o seu agradecimento às duas instituições que contribuíram para o evento, a Junta de Freguesia de São Teotónio e a Câmara Municipal de Odemira.----------

-----Relembrou também a importância do evento que se vai realizar no dia cinco de Julho, na Biblioteca Municipal "José Saramago", referente ao Desenvolvimento Sustentável.----------

-----Por último, relativamente à Moção apresentada pelo senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, considerou que os produtores pecuários, no corrente ano, tinham sofrido os efeitos negativos da seca e a "língua azul", que impediam a comercialização dos animais e o aumento das cotas de bovinos. Considerou ainda que as ajudas apresentadas na Moção, nomeadamente a livre circulação de animais e o transporte gratuito dos alimentos não teriam um resultado prático. Em face do exposto disse que poderiam aprovar a Moção, no entanto deveriam pensar em soluções mais exequíveis.----------

----------Às questões colocadas, o senhor Presidente da Câmara Municipal informou que o problema da segurança nas praias era proporcionado por uma lei recente referente ao regime de contratação de pessoal (nadadores-salvadores). Disse também que em determinada altura a Comissão Coordenação de Desenvolvimento da Região do Alentejo tinha informado que o Município de Odemira estava a adoptar um procedimento ilegal na contratação de nadadores-salvadores. Referiu também que ao abrirem um concurso para nadadores-salvadores com o vencimento tabelado (demasiado baixo), o resultado seria sempre as praias sem segurança.------

-----Quanto à construção na Cerca da Vitória, em Vila Nova de Milfontes, referiu que tinham surgido algumas queixas ao nível das construções vizinhas que apresentam algumas fissuras. Revelou que tinha notificado o responsável pela construção que tinha informado que estavam a cumprir todas as regras de segurança. Disse ainda que esse processo tinha sido visto pela inspecção que se encontrava na Câmara Municipal.----------

-----Congratulou-se também com o resultado dos Mastros de São Teotónio, considerando que a edição do corrente ano tinha sido excepcional. Disse ainda que estava equacionada a hipótese de fazerem os passeios do bairro até Sabóia, existindo apenas a questão da aquisição dos terrenos para os mesmos.----------

-----Quanto à água da barragem de Santa Clara-a-Velha, informou que o resultado das análises efectuadas em mil novecentos e noventa e nove, derivaram de um acontecimento fortuito relacionado com a limpeza da fossa céptica e condutas da Pousada de Santa Clara-a-Velha. Revelou também que apenas eram efectuadas análises de água às nascentes e fontanários públicos e pontos habituais de recolha pública. Disse ainda que nos outros locais apenas seria feita a análise da água, a requerimento de alguém.----------

-----Referiu também que os Planos de Urbanização da Zambujeira do Mar e Almograve já se encontravam publicados em Diário da República, enquanto que previam a publicação do de Vila Nova de Milfontes, nos próximos dois meses.----------

----------Interveio o senhor Vereador Carlos Oliveira que informou que tinha oficiado a Guarda Nacional Republicana para que houvesse uma maior atenção relativamente à segurança nos parques de estacionamento junto às praias. Quanto aos nadadores-salvadores, informou que o anterior Governo tinha emitido uma Lei que revogava todas as outras existentes, ficando as Comissão de Coordenação da Região do Alentejo, com a responsabilidade da vigilância e segurança das praias. Essa Comissão considerava ilegal que a Câmara Municipal atribuísse um subsídio à Associação Resgate para garantir a segurança nas praias, facto que já vinha fazendo nos últimos três anos. Disse também que tinham alertado quem de direito para o facto de estarem num vazio legal desde o mês de Dezembro do ano transacto. Em Abril do corrente ano, o Conselho de Ministros represtinou a lei que tinha revogado e nessa altura abriram concurso para onze lugares de nadador-salvador que ficou deserto.----------

-----Em face do exposto, a Câmara Municipal articulou com a Associação Resgate para, a partir

do próximo dia um de Julho, assegurar a segurança nas praias que não eram concessionadas.----------Por último, informou que as escolas de Luzianes-Gare encontravam-se incluídas no plano de recuperação das escolas. Revelou ainda que até ao final do ano, seriam recuperadas trinta e cinco escolas, sendo duas construídas de raiz (Vila Nova de Milfontes e Colos).----------Interveio o senhor Vereador José Alberto Guerreiro que informou que era da competência da Câmara Municipal a elaboração de um Plano Anual de Análises de Água, que incidia sobre as origens e os abastecimentos públicos, o qual era aprovado pelo Centro de Saúde e pelo Instituto Nacional de Águas e Resíduos. Disse ainda que eventualmente e a pedido de entidades, poderiam ser incluídos no citado Plano alguns sistemas equiparados a públicos.----------Por último, informou que era da competência da Delegação de Saúde (Centro de Saúde) a análise e controlo da qualidade da água nos fontanários privados.----------Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que tinha remetido à ANACOM, aos CTT e à Assembleia Distrital de Beja um ofício, anexando os ofícios remetidos pelas Juntas de Freguesia do Concelho, nos quais relatavam o ponto da situação do funcionamento dos serviços dos CTT, conforme havia sido deliberado numa sessão deste órgão.----------Seguidamente, colocou à apreciação dos presentes a Moção apresentada pelo senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare.----------Interveio o senhor Hélder Guerreiro, representante dos eleitos pelo Partido Socialista, que disse o seguinte: “O teor da Moção é inquestionável e deve ser defendido, no entanto relativamente às medidas apresentadas sugeria, sem prejuízo de votar favoravelmente esta Moção, que fosse enriquecida, com o contributo das Associações de Produtores do Concelho de Odemira”.----------Interveio o senhor António Figueira, representante dos eleitos pelo Partido Social

Democrata, que informou que subscrevia claramente a Moção.----------

----------Não havendo mais intervenções em relação à Moção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou-a à votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor do membro eleito pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal.

----------Interveio o senhor Manuel Cruz que congratulou-se com a publicação dos dois Planos de Urbanização em Diário da República e, bem assim questionou se a Câmara Municipal iria dar sequência aos mesmos. Por último, perguntou se a Câmara Municipal elaborava os Planos de Pormenor ou se solicitaria esses serviços a uma empresa particular.----------

----------Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que informou que, em tempos, tinha solicitado ao Centro de Saúde análises de água a poços existentes na via publica. Estranhamente essa entidade tinha recusado fazer essa análise, alegando que as pessoas tinham água canalizada, pelo que não deveriam consumir a dos poços.-

----------Ainda antes de se iniciar o segundo Período da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou à apreciação dos presentes, a inclusão de mais um assunto com o título: “Santa Casa da Misericórdia de Odemira – Proposta de Protocolo de Cooperação entre o Município de Odemira e a Santa Casa da Misericórdia de Odemira, tendo em vista a recuperação e readaptação do antigo hospital da Misericórdia, para instalação de uma unidade de apoio integrado”.----------

----------Interveio o senhor Manuel Cruz que referiu que tinha alguns reparos a fazer ao presente protocolo, pelo que considerava que se deveria adiar o seu agendamento para a próxima sessão. Disse ainda que as suas dúvidas se relacionavam com o valor da obra, com o seu eventual financiamento e em que percentagem seria financiada. Revelou também que a forma como tinha decorrido a reunião da Câmara Municipal, no dia quinze de Junho, onde o

presente assunto tinha sido aprovado e a qual não tinha contado com a presença dos Vereadores eleitos pela Coligação Democrática Unitária, também lhe suscitava algumas dúvidas.----------

----------Interveio o senhor Hélder Guerreiro que considerou que o assunto deveria ser agendado, tendo em conta que se tratava de um projecto extremamente relevante para o Concelho de Odemira.----------

----------Interveio o senhor António Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Colos, que informou que fazia parte da Mesa Administrativa e era o actual Tesoureiro da Santa Casa da Misericórdia de Odemira. Revelou que independentemente do presente protocolo, já tinham aprovado a contracção de um empréstimo de quinhentos mil euros, para o arranque da obra do hospital que era propriedade da Santa Casa da Misericórdia .----------

-----Disse também que pretendiam recuperar a sala do Raio X do antigo hospital e tentar trazer para o Concelho duas ou três especialidades de medicina, pelo que seria importante a parceria da Câmara Municipal de Odemira, já que estavam a falar de necessidades de toda a população.-

-----Por último, disse que com a Unidade de Apoio Integrado, pretendiam dar assistência médica-hospitalar às pessoas que estivessem em fase de recuperação ou terminal. Em face do exposto, considerou que o assunto deveria ser incluído na Ordem de Trabalhos, tendo em conta a importância do mesmo.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que o assunto em causa era urgente e relevante e por esse facto tinha sido enviado para aditar à Ordem de Trabalhos da presente sessão.----------

----------Interveio novamente o senhor Manuel Cruz que considerou que era importante o Hospital de Rectaguarda para Odemira, e bem assim a colaboração da Câmara Municipal de Odemira na sua execução, no entanto revelou que tinha dúvidas relativamente a alguns aspectos do presente protocolo, nomeadamente no que dizia respeito ao custo da obra, ao montante a comparticipar pela Câmara Municipal e se a obra já estava aprovada.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que colocou à votação a inclusão do assunto em causa, no Período da Ordem do Dia da presente sessão, tendo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, um voto a favor do membro eleito pelo Partido Social Democrata, sete votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal.----------

----------Tendo em conta o artigo octogésimo terceiro da Lei número cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, havendo dúvidas em relação "aos dois terços do número legal dos seus membros" necessários para a aprovação da presente proposta, a Mesa da Assembleia Municipal decidiu pela não inclusão do assunto na Ordem de Trabalhos da presente sessão.----------

----------Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.----------

----------**II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**:----------

----------**Ponto um:** CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO QUE VEIO INTRODUZIR ALTERAÇÕES À LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO: Neste ponto registaram-se as seguintes intervenções:----------

----------O senhor Manuel Marcos referindo-se à décima terceira folha do relatório, questionou o porquê de não se ter realizado a "Noite de Fados" no Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira, e bem assim se foi entregue o subsídio de mil e quinhentos euros para a sua realização.----------

-----Relativamente à vigésima quarta folha do relatório e na sequência da deliberação do "Empréstimo de Instalações do antigo Colégio à Santa Casa da Misericórdia de Odemira", questionou se os serviços da Associação de Beneficiários do Mira e da ADS ainda continuavam a utilizar as citadas instalações.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a Câmara Municipal tinha deliberado suspender os seus apoios ao Núcleo Desportivo e Cultural de Odemira, até haver um esclarecimento acerca das suas actividades e formas de financiamento. Disse ainda que, excepcionalmente, a Câmara Municipal tinha consentido a realização e atribuição de verba à prova de atletismo do "Vinte e Cinco de Abril", porque já existiam atletas inscritos. Por fim, informou que o próprio Núcleo tinha comunicado que não haviam condições para realizar a "Grande Noite de Fados", devolvendo a verba anteriormente atribuída.----------

-----Quanto às antigas instalações do Colégio, informou que a Associação de Beneficiários do Mira já tinha deixado as instalações e tinham solicitado para que a ADS e a Zona Agrária ficassem durante um pouco mais de tempo, até o novo edifício se encontrar nas devidas condições.----------

-----Em relação à cedência das instalações à Santa Casa da Misericórdia de Odemira, informou que seria para instalação dos escritórios, temporariamente, até à conclusão das obras de recuperação do antigo edifício do Centro de Saúde.----------

----------Interveio o senhor Hélder Guerreiro que realçou a realização do "Festival Tass Jaz", em Odemira, considerando que a edição do corrente ano tinha sido importante para cimentar a divulgação e promoção da actividade cultural no Concelho de Odemira e, bem assim referiu que, pela sua diferenciação, dever-se-ia assumi-lo e melhorá-lo.----------

-----Realçou também a "Mostra de Odemira na Casa do Alentejo em Lisboa", considerando que tinha sido uma iniciativa muito interessante para a promoção do Concelho junto da população Alentejana e não só de Lisboa.----------

-----Por último, referiu que para o antigo edifício do Colégio, onde estava instalada provisoriamente a Associação de Beneficiários do Mira, estava previsto um projecto em que o Município de Odemira iria ser a entidade promotora, associada à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, através de uma candidatura ao Programa "Ser Criança". Considerou que se tratava de uma iniciativa muito importante para o Concelho em termos de oferta de apoio às famílias problemáticas do Município.----------

----------Interveio o senhor José Almeida que referindo-se à décima sétima folha, no terceiro assunto, perguntou o porquê da deliberação ter sido no sentido de retirar o assunto.----------

-----Por último, referindo-se à décima nona folha, solicitou esclarecimentos sobre o loteamento na Herdade do Azinhal, em Santa Clara-a-Velha.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que a tabela de taxas do Município previa a possibilidade de isenção de pagamento às Associações, que só poderia ser aprovada em reunião ou através de ratificação dos despachos do Presidente da Câmara Municipal ou a quem foram delegados poderes.----------

-----Por último, informou que o Bairro Social de Santa Clara-a-Velha estava esgotado e haviam muitas pessoas que precisavam de habitação. Em face do exposto, a senhora Maria Isabel Guerreiro decidiu lotear o seu terreno que se situava na zona de expansão de Santa Clara-a-Velha. Uma vez que um projecto de loteamento daquela envergadura ficava muito caro, a senhora propôs que a Câmara Municipal adquirisse o loteamento ou parte dele. A proposta encontrava-se em análise.----------

----------Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referindo-se à quinquagésima folha, perguntou se a Câmara Municipal já estava a implementar o processo de Auto-Avaliação-CAF da Divisão de Recursos Humanos.----------

----------Inteveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que se tratava de um pré-regulamento.----------

----------Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.----------

----------**Ponto dois:** SÉTIMA MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 2005: TERCEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; SEGUNDA REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS; TERCEIRA REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:----------

----------"7.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 2005: 3.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA; 2.ª REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS; 3.ª REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:- Procedeu-se à apreciação da 7.ª Modificação Orçamental relativa ao ano de 2005, elaborada nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), consistindo na 3.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, na 2.ª Revisão ao Plano de Actividades Municipais e na 3.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, e que apresentavam os seguintes valores:----------

----------ORÇAMENTO DA DESPESA:----------

----------Inscrições/Reforços: € 281.250,00 (duzentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta euros);----------

----------Diminuições/Anulações: € 281.250,00 (duzentos e oitenta e um mil, duzentos e cinquenta euros);----------

----------PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS:----------

----------Inscrições/Reforços: € 12.500,00 (doze mil e quinhentos euros);----------

----------Diminuições/Anulações: € 12.500,00 (doze mil e quinhentos euros);----------

----------PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS:----------

----------Inscrições/Reforços: € 223.500,00 (duzentos e vinte e três mil e quinhentos euros);-----

----------Diminuições/Anulações: € 208.000,00 (duzentos e oito mil euros);----------

----------Depois de analisados os referidos documentos, que vão ficar arquivados no maço de documentos respeitantes à presente acta, a Câmara Municipal deliberou aprová-los, por unanimidade, e bem assim, submetê-los à apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.64.º, da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro."----------

----------Interveio a senhora Dulce Raposo que referindo-se à segunda folha do Modificação do Plano Plurianual de Investimentos, perguntou o porquê de existirem rubricas repetidas.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que existiam rubricas que se repetiam, porque as divisões tinham o mesmo tipo de actividade.----------

----------Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos contra dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, duas abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e uma abstenção do membro eleito pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.----------

----------**Ponto Três:** PROTOCOLO DE LIMPEZA ANUAL DE PRAIAS NA FREGUESIA DE ZAMBUJEIRA DO MAR: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-

----------"PROTOCOLO DE LIMPEZA ANUAL DE PRAIAS NA FREGUESIA DE ZAMBUJEIRA DO MAR:- Foi presente o Protocolo de Limpeza Anual de Praias na Freguesia de Zambujeira do Mar onde é referido que ao primeiro outorgante – Município de Odemira compete fornecer as directivas necessárias ao bom funcionamento do sistema de atendimento permanente, a cargo do segundo outorgante – Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar;

fornecer suportes e sacos envolvidos na acção da recolha, limpeza mecânica do areal e disponibilizar uma verba anual de € 5.000 ao segundo outorgante.----------

----------Ao segundo outorgante – Junta de Freguesia de Zambujeira do Mar compete assegurar a limpeza das praias na área da Freguesia, devendo colocar os suportes para sacos no areal e proceder à remoção dos resíduos verdes neles depositados, depositando-os nos contentores de RSU do Município indicados pelos serviços da Divisão de Ambiente, assegurar a limpeza das zonas de estacionamento envolventes às praias da área da Freguesia, devendo proceder à remoção dos resíduos depositados nas papeleiras, depositando-os nos contentores de RSU do Município indicados pelos serviços da Divisão de Ambiente.----------

----------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos e remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, sendo ainda concedidos plenos poderes aos Senhor Presidente para outorgar em representação do Município no referido Protocolo".----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor do membro eleito pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.----------

----------**Ponto Quatro:** PROTOCOLO DE LIMPEZA ANUAL DE PRAIAS NA FREGUESIA DE S. TEOTÓNIO: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-

----------"PROTOCOLO DE LIMPEZA ANUAL DE PRAIAS NA FREGUESIA DE S. TEOTÓNIO:- Foi presente o Protocolo de Limpeza Anual de Praias na Freguesia de S. Teotónio onde é referido que ao primeiro outorgante – Município de Odemira compete fornecer

as directivas necessárias ao bom funcionamento do sistema de atendimento permanente, a cargo do segundo outorgante – Junta de Freguesia de S. Teotónio; fornecer suportes e sacos envolvidos na acção da recolha, limpeza mecânica do areal e disponibilizar uma verba anual de € 5.000 ao segundo outorgante.----------

----------Ao segundo outorgante – Junta de Freguesia de S. Teotónio compete assegurar a limpeza das praias na área da Freguesia, devendo colocar os suportes para sacos no areal e proceder à remoção dos resíduos verdes neles depositados, depositando-os nos contentores de RSU do Município indicados pelos serviços da Divisão de Ambiente, assegurar a limpeza das zonas de estacionamento envolventes às praias da área da Freguesia, devendo proceder à remoção dos resíduos depositados nas papeleiras, depositando-os nos contentores de RSU do Município indicados pelos serviços da Divisão de Ambiente.----------

----------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos e remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, sendo ainda concedidos plenos poderes aos Senhor Presidente para outorgar em representação do Município no referido Protocolo".----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor do membro eleito pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.----------

----------**Ponto Cinco:** PROTOCOLO DE LIMPEZA ANUAL DE PRAIAS NA FREGUESIA DE LONGUEIRA/ ALMOGRAVE: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-

----------"PROTOCOLO DE LIMPEZA ANUAL DE PRAIAS NA FREGUESIA DE

LONGUEIRA/ ALMOGRAVE:- Foi presente o Protocolo de Limpeza Anual de Praias na Freguesia de Longueira/Almograve onde é referido que ao primeiro outorgante – Município de Odemira compete fornecer as directivas necessárias ao bom funcionamento do sistema de atendimento permanente, a cargo do segundo outorgante – Junta de Freguesia de Longueira/Almograve; fornecer suportes e sacos envolvidos na acção da recolha, limpeza mecânica do areal e disponibilizar uma verba anual de € 5.000 ao segundo outorgante.----------

----------Ao segundo outorgante – Junta de Freguesia de Longueira/Almograve compete assegurar a limpeza das praias na área da Freguesia, devendo colocar os suportes para sacos no areal e proceder à remoção dos resíduos verdes neles depositados, depositando-os nos contentores de RSU do Município indicados pelos serviços da Divisão de Ambiente, assegurar a limpeza das zonas de estacionamento envolventes às praias da área da Freguesia, devendo proceder à remoção dos resíduos depositados nas papeleiras, depositando-os nos contentores de RSU do Município indicados pelos serviços da Divisão de Ambiente.----------

----------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos e remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, sendo ainda concedidos plenos poderes aos Senhor Presidente para outorgar em representação do Município no referido Protocolo".----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor do membro eleito pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.----------

----------**Ponto Seis:** PROTOCOLO DE LIMPEZA ANUAL DE PRAIAS NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE MILFONTES: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que

seguidamente se transcreve e que ficará arquivada no maço de documentos da presente sessão:-

----------"PROTOCOLO DE LIMPEZA ANUAL DE PRAIAS NA FREGUESIA DE VILA NOVA DE MILFONTES:- Foi presente o Protocolo de Limpeza Anual de Praias na Freguesia de Vila Nova de Milfontes onde é referido que ao primeiro outorgante – Município de Odemira compete fornecer as directivas necessárias ao bom funcionamento do sistema de atendimento permanente, a cargo do segundo outorgante – Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes; fornecer suportes e sacos envolvidos na acção da recolha, limpeza mecânica do areal e disponibilizar uma verba anual de € 10.000 ao segundo outorgante.----------

----------Ao segundo outorgante – Junta de Freguesia de Vila Nova de Milfontes compete assegurar a limpeza das praias na área da Freguesia, devendo colocar os suportes para sacos no areal e proceder à remoção dos resíduos verdes neles depositados, depositando-os nos contentores de RSU do Município indicados pelos serviços da Divisão de Ambiente, assegurar a limpeza das zonas de estacionamento envolventes às praias da área da Freguesia, devendo proceder à remoção dos resíduos depositados nas papeleiras, depositando-os nos contentores de RSU do Município indicados pelos serviços da Divisão de Ambiente.----------

----------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos e remeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, sendo ainda concedidos plenos poderes aos Senhor Presidente para outorgar em representação do Município no referido Protocolo".----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual foi aprovada por unanimidade, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor do membro eleito pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.----------

----------**Ponto Sete:** RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO – ETAR DO

VIRADOURO – FREGUESIA DE SABÓIA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:----------

----------"RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO – ETAR DO VIRADOURO:- A Divisão de Ambiente deste Município, elaborou a Informação n.º 42/2005, datada de 24/02/2005, onde é referido que o aglomerado de Viradouro – Freguesia de Sabóia é servido desde há muitos anos por uma fossa séptica, não licenciada, que garante apenas o tratamento primário dos efluentes oriundos daquela povoação.----------

----------Em 2000 o Município de Odemira efectuou concurso para a concepção e aquisição de uma ETAR Compacta, com tratamento secundário seguido de desinfecção, com vista à substituição da fossa séptica. Esta autarquia enviou o projecto da ETAR à Direcção Regional do Ambiente, com vista ao seu licenciamento. Contudo, esta entidade informou este Município da inviabilidade da referida localização, por esta interferir com uma área de Reserva Ecológica Nacional (REN), pelo que, o Município de Odemira deverá desencadear o processo de Reconhecimento de Interesse Público, constituindo uma excepção ao Regime REN, previsto no Decreto-Lei n.º93/90, de 19 de Março, alterado pelo D.L. n.º213/92, de 12 de Outubro.----------

----------Com vista à instrução do processo para emissão da Declaração de Utilidade Pública, e posteriormente o Reconhecimento de Interesse Público junto do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional, a Divisão do Ambiente organizou um processo com Planta de localização, Projecto de execução (Memória descritiva e Peças desenhadas), Declaração de autorização do proprietário, Processo de licenciamento, Outros elementos, que acompanham a presente informação.----------

----------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, devendo ser enviado à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação".----------

----------Não havendo qualquer intervenção, procedeu-se à votação da presente proposta, a qual

foi aprovada por unanimidade, com vinte votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, nove votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor do membro eleito pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes trinta membros da Assembleia Municipal.----------

----------**Ponto oito:** PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO – OURO AO SENHOR DR. ANTÓNIO CALAPEZ GOMES GARCIA: Ao dar-se início ao tratamento deste assunto, interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que explicou a razão da apresentação da proposta que seguidamente se transcreve na íntegra:--------

----------"PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE MEDALHA MUNICIPAL DE MÉRITO – OURO AO SENHOR DR. ANTÓNIO CALAPEZ GOMES GARCIA:- Foi presente a Proposta do senhor Presidente que seguidamente se transcreve:----------

----------"**PROPOSTA**----------

----------**1 – EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**----------

----------O Senhor Doutor António Calapez Gomes Garcia, é sem dúvida um dos odemirenses que mais se destacou na defesa intransigente da sua terra, quer enquanto médico quer enquanto cidadão e político.----------

----------Não é fácil, é mesmo muito difícil encontrar em território odemirense, uma pessoa que tivesse dedicado toda a sua vida ao bem comum, aos supremos interesses da sua terra, em muitos dos sectores fundamentais do desenvolvimento concelhio desde 1947.----------

----------**1.1 – O médico**----------

----------Enquanto médico foi de facto um "João Semana" sem horas, percorrendo de noite e de dia o vasto território concelhio, dando consultas a toda a gente, muitas e muitas vezes sem receber qualquer dinheiro dadas as dificuldades de então, pagando muitas vezes do seu bolso os medicamentos que prescrevia. Desde 1949 que é médico no Concelho e ainda hoje aos 84 anos exerce diariamente a sua profissão.----------

----------Foi graças à sua acção e visão que foram criados o Centro de Saúde de Odemira, o Dispensário/Lar da Terceira Idade e o Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Odemira, unidade notável à data, uma vez que ali se chegaram a fazer cirurgias, funcionando também uma sala de partos. Foi director de ambas as instituições.----------

----------Uma grande parte das extensões de saúde existentes nas sedes de freguesia foram por si criadas.----------

----------**1.2 – O cidadão e o político**----------

----------Enquanto cidadão e político, de circunstância porque apenas motivado pelo desenvolvimento da sua terra natal, Odemira, foi por várias vezes deputado e esteve na génese do movimento associativo agrícola no Distrito de Beja, especialmente nas zonas de Odemira, Santiago do Cacém, e Ferreira do Alentejo.----------

----------Foi também um forte impulsionador do Plano de Rega do Alentejo, estando ligado por via do referido Plano ao projecto da Barragem do Alqueva e de Santa Clara, sendo um dos principais impulsionadores do Perímetro de Rega do Mira, porventura a obra mais importante que o concelho de Odemira alguma vez conheceu em termos de valorização do potencial agrícola e pecuário.----------

----------Desde a construção da barragem no rio Mira e da rede de canais de rega, mas em especial nos dias de hoje, que todos sabemos o grande valor estratégico que tal mais valia representa.----------

----------Mas não ficou por aí a sua acção.----------

----------Foi um dos grandes impulsionadores da Cooperativa Agrícola do Mira, da 0risul-União Cooperativa de Santiago do Cacém, Roxo, Mira e Ferreira do Alentejo e ainda da Unisul com a Cooperativa de Coruche, para a produção de concentrado de tomate em Odemira.----------

----------É desde 1989 presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de Odemira.----------

----------É assim e dado o inquestionável exemplo, que um grupo de entidades e de cidadãos, teve a ideia de prestar uma justa homenagem a este homem.----------

----------O Município de Odemira, como é evidente temos dever de, face à clara justiça da iniciativa, não se alhear, antes ajudar a promover, distinguindo ainda, quem ao longo da sua vida outra coisa não quis senão o desenvolvimento da sua terra e uma vida melhor para os seus habitantes, muitas vezes à custa de si próprio e, porque não, do seus bens pessoais.----------

----------É por tudo isso e por muito que fica por dizer que tenho a honra de propor:----------

----------2 – PROPOSTA----------

----------Que o Município de Odemira se associe à iniciativa.----------

----------Que nos termos do n.º 1 do Art.º 4.º do Regulamento Municipal de Medalhas Honoríficas, a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a concessão de Medalha Municipal de Mérito – ouro ao senhor Dr. António Calapez Gomes Garcia.-------

----------Que nos termos do n.º 1 do Art.º 6 seja igualmente proposta à Assembleia Municipal que a cerimónia de imposição ao homenageado e no caso do mesmo Órgão aprovar a concessão, tenha lugar durante a realização da Assembleia Municipal comemorativa do 25 de Abril.----------

----------Paços do Concelho de Odemira, 01 de Junho de 2005----------

----------O Presidente da Câmara,----------

----------a) – António Manuel Camilo Coelho----------

----------António Manuel Camilo Coelho”----------

----------A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar nos termos propostos, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Odemira.”----------

----------Interveio a senhora Maria Luísa Palma que, referindo-se ao segundo parágrafo do ponto um ponto um da proposta, considerou que havia uma incorrecção, uma vez que o Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Odemira tinha sido criado muito antes do Dr. Gracia

ter iniciado a sua carreira médica.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que a nota biográfica enviada para o Município continha esse dado.----------

----------Interveio o senhor Manuel Cruz que propôs que fosse retirada a palavra “político” constante no texto do ponto um ponto dois da proposta em causa.----------

----------Interveio o senhor Hélder Guerreiro que disse que não entendia o porquê de quererem retirar a palavra “político” do texto da proposta.----------

----------Interveio o senhor Mário Conceição, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho das Amoreiras, que congratulou-se com a festa de homenagem feita ao Dr. Garcia e com a presente proposta que iria votar favoravelmente.----------

-----Revelou ainda que tinha acompanhado parte da vida do Dr. Garcia, porque era taxista na altura em que ele dava consultas médicas em Odemira, Colos, Relíquias, S. Martinho, entre outras localidades. Referiu que o Dr. Garcia sempre exerceu a sua profissão sem interesse pelo dinheiro e sempre em prol de todas as pessoas do concelho de Odemira. Disse também que nunca tinha horário para as consultas médicas e por algumas vezes ele é que dava dinheiro aos utentes para comprarem os medicamentos. Em face do exposto, considerava que se tratava de uma pessoa que merecia a homenagem e tudo o que lhe estavam a fazer.----------

----------Interveio o senhor Arménio Silvestre que referiu que concordava em absoluto que se mantivesse a palavra “político”, porque um político deveria servir a comunidade. Disse também que o Dr. Garcia tinha sido dos exemplos mais nobres que tinham no Concelho de Odemira .---

----------Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que não entendia o porquê de se retirar a palavra “político” da proposta, quando de facto o Dr. Garcia tinha sido político e Deputado na Assembleia da República.----------

----------Relembrou ainda que o Dr. Garcia e Adelino Amaro da Costa tinham sido os impulsionadores do Perímetro de Rega do Mira, principalmente pelo facto de, na altura, serem

políticos.----------

----------Interveio o senhor José Valério, Presidente da Junta de Freguesia de Luzianes-Gare, que congratulou-se pela homenagem que estavam a fazer. Revelou ainda que as pessoas da sua freguesia deviam muito ao Dr. Garcia, porque "ele nunca olhou a horas e a noites, nem a tempo para atender fosse quem fosse".----------

-----Por último, disse que era seu dever e obrigação apoiar essa iniciativa e votar a proposta de alma e coração.----------

----------Interveio o senhor Manuel Cruz que disse o seguinte: "Não está em causa o reconhecimento de todos nós, eu pessoalmente tenho admiração pelo homem. Obrigado pelo seu trabalho em nome da população deste vasto concelho. Como homem e como médico merece a medalha que lhe está a ser atribuída".----------

-----Por último, referiu que a questão política tinha a ver com o seu contributo antes do "Vinte e Cinco de Abril".----------

----------Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que felicitou o Executivo da Câmara Municipal, por terem votado por unanimidade a presente proposta. Disse ainda que independentemente da cor politica, costumava avaliar as pessoas pelo desempenho que tinham em prol do Concelho e para ele era suficiente "a obra que estava à vista".----------

----------Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que tinha participado na festa de homenagem ao Dr. Garcia e tinha feito uma intervenção de fundo relativamente ao que conhecia dele como médico, muitas vezes com o consultório cheio e "fora de horas". Disse também o seguinte: "Entendo que realmente ele foi político, foi à maneira dele, defendeu a ideologia que ele entendeu defender e isso se traduziu numa mais valia para o Concelho de Odemira. Ele defendeu, na altura, a água para Odemira, entre outras. Parece-me que a palavra político não está aqui a mais".----------

-----Por último, informou que não se podia alterar a proposta que já tinha a validação do

Executivo Camarário.----------

----------Interveio o senhor Vereador Francisco Duarte que disse o seguinte: “O nosso voto favorável ao nível da Câmara Municipal não corresponde a nenhum esquecimento relativamente a um passado político fascista do Dr. Garcia. Não nos esquecemos que efectivamente partilhou ideologias que não são as nossas. Nós entendemos que houveram outras coisas positivas que prevaleceram sobre esse passado fascista. O retirar da palavra “político” e a frase como o senhor Manuel Cruz propôs, penso que também, de maneira alguma, poderá ser o anular do passado que todos conhecemos.----------

-----Mantenho o voto favorável que tinha na Câmara Municipal e acho que a proposta não deve ser mexida”.----------

----------Interveio o senhor Hélder Guerreiro que referiu que tinha mais referências do Dr. Garcia como político, do que como médico. Disse também que a acção política deveria resultar no benefício de uma determinada comunidade e no presente caso haviam resultados práticos da acção política do homem para bem de Odemira.----------

-----Por último, considerou que não fazia sentido retirar a palavra “político”, porque ele tinha sido de facto politico.----------

----------Interveio a senhora Maria Luísa Palma que disse o seguinte: “Ser político quando se é tolerante com os outros, está tudo certo, mas quando se contribui para que os outros que têm ideias vão para à cadeia, aí já não está certo. Não retiro o mérito ao senhor, no seu meio de médico e cidadão”.----------

----------Interveio o senhor Ilídio Ramos, Secretário da Junta de Freguesia de Relíquias, em substituição do respectivo Presidente, que informou que após o Vinte e Cinco de Abril, uma determinada força política, tinha mandado prender o Dr. Gracia. Revelou ainda que tinha assistido à sua prisão em São Martinho das Amoreiras, pelas Forças Armadas de Évora e, bem assim, informou que a população tinha-se deslocado a Lisboa para solicitarem que o soltassem.

Disse também: “Ao fim de oito dias eu e o senhor Jorge Lopes fomos visitá-lo a casa e quando lá cheguei, estavam as duas pessoas que o tinham mandado prender em reunião com ele na sala. Ele respondeu-me que para ele todos os doentes eram iguais”.----------

-----Por último, disse: “Foi político da União Nacional, mas não era para o atacar-mos aqui. Há quem precise mais de ser atacado. Aceito e dou o meu louvor por ser graduado com medalha”.-

----------Interveio o senhor Arménio Silvestre que lamentou que quisessem omitir a palavra “político”, apenas porque tinha sido membro da União Nacional. Considerava ainda que ele nunca tinha deixado de ser um democrata, uma vez que sempre tinha defendido os interesses da comunidade.----------

-----Por último, disse: “Não vamos agora compará-lo com o senhor Vasco Gonçalves que foi sempre um servidor de Salazar e só depois da noite do Vinte e Cinco de Abril é que deixou de ser.”----------

----------Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente proposta. De acordo com o artigo nonagésimo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, procedeu-se à votação por escrutínio secreto, tendo obtido o seguinte resultado:----------

----------Votantes: trinta e um;----------

----------Votos a Favor: vinte e três;----------

----------Votos (abstenção): oito.----------

----------Esta proposta foi aprovada por maioria.----------

----------**Ponto nove:** <u>REQUERIMENTO APRESENTADO PELA EMPRESA SERVIPRAIA – HOTELARIA E TURISMO, LDª SOBRE O PROCESSO QUEBRAMAR</u>: Foi presente o requerimento em causa que ficará arquivado no maço de documentos da presente sessão.--------

----------Interveio o senhor Manuel Cruz que considerou que o processo em causa deveria estar

mais sintético, uma vez que tinha alguma dificuldade em dissecar o que estava em debate. Disse também que após análise de todos os documentos tinha chegado a uma "conclusão inconclusiva" e, bem assim esperava que o senhor Presidente da Assembleia Municipal, digno jurista, o ajudasse a compreender a situação em causa.----------

-----Por último, sugeriu à Assembleia Municipal que diligenciasse no sentido de se contratar um jurista para ajudar os membros da Assembleia Municipal a perceber o que estava em discussão.----------

----------Interveio o senhor Hélder Guerreiro que disse o seguinte: "Este assunto já veio aqui várias vezes, o que me parece é que esta conclusão do senhor Manuel Cruz, "Conclusão Inconclusiva", é aquela que chegamos sempre em todas as discussões sobre este processo. Apesar de algumas vezes a atitude do promotor nos deixar algumas reservas, tendo aberto um estabelecimento quando tem ordens para estar fechado, uma série de coisas que decorrem da boa fé e da palavra, não podemos ir mais além do que isto!"----------

----------Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: "Sou jurista de profissão, mas não é nessa qualidade que estou aqui. Agradeço muito o pedido de esclarecimento e apelo que foi feito à minha formação profissional, mas pessoalmente considero que não devo valer-me, para o melhor ou pior, dessa formação para entrar neste debate.----------

-----Considero que todos os membros da Assembleia sabem o que se está aqui a debater, independentemente da documentação".----------

----------Seguidamente, apresentou, em nome da Mesa da Assembleia Municipal, a proposta de deliberação que seguidamente se transcreve na íntegra:----------

----------"***SOBRE O REQUERIMENTO DA SERVIPRAIA – HOTELARIA E TURISMO, LDª DATADO DE 01/04/2005***----------

----------I – CONSIDERANDO QUE:----------

----------1. A requerente ServiPraia – Hotelaria e Turismo, Ldª endereçou uma exposição ao Presidente da Assembleia Municipal de Odemira, datado de 01/04/2005 e cujo conteúdo já é do conhecimento desta Assembleia Municipal.----------

----------2. Por despacho do Presidente da Assembleia Municipal foram solicitados documentos quer à empresa ServiPraia, Ldª quer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Odemira, os quais são já do conhecimento dos membros desta Assembleia Municipal.----------

----------3. Esta Assembleia Municipal já discutiu a exposição da empresa requerente na sessão ordinária de 29/04/2005, conforme da acta respectiva consta, tendo sido então deliberado adiar a discussão dessa exposição para a sessão de hoje.----------

----------4. A exposição foi amplamente discutida nesta sessão e entende-se que a Assembleia Municipal deve tomar uma decisão sobre as questões naquela suscitadas.----------

----------5. O litígio que envolve a empresa ServiPraia, Ldª e a Câmara Municipal de Odemira, vulgarmente designada por "processo do Quebramar", tem sido amplamente discutido nesta Assembleia Municipal como o comprovam, designadamente, as actas das sessões realizadas em 28/02/2001, 26/04/2001, 29/06/2001, 28/09/2001, 27/02/2002, 27/09/2002, 23/12/2002, 30/06/2003, 29/09/2003, 22/12/2003, 26/02/2004, 28/06/2004, 30/09/2004, 29/04/2005 e o debate de hoje nesta sessão.----------

----------6. Que o deputado da Assembleia da República, Miguel Paiva, do grupo parlamentar do CDS/PP na anterior legislatura daquele órgão de soberania, questionou esta Assembleia Municipal sobre o litígio que envolve a ServiPraia, Ldª e a Câmara Municipal de Odemira, tendo a Assembleia Municipal tomado posição sobre o assunto e aprovado uma moção na reunião de 22/12/2003.----------

----------7. Que algumas das questões suscitadas no requerimento da ServiPraia, Ldª de 01/04/2005 já constavam de outras exposições da mesma empresa, datadas de 07/01/2004 e de 26/02/2004.----------

----------II – A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODEMIRA----------

----------DELIBERA O SEGUINTE:----------

----------A) Dado que o litígio está a ser apreciado nos Tribunais a Assembleia Municipal, por respeito ao princípio constitucional da separação de poderes e à função jurisdicional dos Tribunais previstos nos arts. 111º e 202º da Constituição da República Portuguesa, entende que não deve substituir-se àquele órgão de soberania para opinar sobre a legalidade ou ilegalidade de quaisquer actos praticados quer pela Câmara Municipal de Odemira quer pela ServiPraia, Ldª e que digam respeito às questões concretas que se discutem nos diversos processos que pendem nos Tribunais.----------

----------B) Que no âmbito dos poderes de acompanhamento, de fiscalização e de controlo da actividade da Câmara Municipal de Odemira relativamente às questões expostas pela ServiPraia, Ldª a A. Municipal considera ter cumprido os seus deveres legais, designadamente os previstos nos arts 53º, nº 1, alínea c) e nº 5 da Lei nº 169/99, de 18/09, na redacção operada pela lei nº 5-A/2002, de 11/01, não se justificando assim nenhuma nova diligência desta Assembleia Municipal sobre a matéria em questão, a não ser um apelo à empresa ServiPraia, Ldª e à Câmara Municipal de Odemira para que, através dos mandatários judiciais constituídos nos diversos processos pendentes, tentem alcançar um acordo que possa pôr termo ao litígio.---

----------Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação da presente Proposta de Deliberação, apresentada pela Mesa da Assembleia Municipal, a qual foi aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, cinco votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, um voto a favor do membro eleito pelo Partido Social Democrata e quatro abstenções dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária, quando estavam presentes trinta e um membros da Assembleia Municipal.----------

----------III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:----------

----------Interveio o senhor Eduardo Matos, gerente da Empresa Servipraia, Ldª, que considerou também que o assunto Quebramar estava a ser abordado demasiadas vezes na Assembleia Municipal, porque realmente o intuito da Servipraia, Ldª era resolvê-lo e não adiar nada. Considerou ainda que alguém lhe estava a denegar justiça no processo em causa.----------

-----Referiu também que na última sessão deste órgão, tinha sido deliberado adiar o debate do assunto para a presente sessão e, bem assim o senhor Presidente da Câmara Municipal tinha concordado com esse adiamento e tinha falado na presença de uma jurista para explicar aos senhores deputados, a situação dos processos.----------

-----Por último, disse que estranhamente na presente sessão "acabou por ficar tudo em águas de bacalhau" e até mesmo denegaram justiça no processo.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que referiu que o senhor Eduardo Matos, como cidadão e como empresário, tinha todo o direito de estar nas sessões deste órgão, e considerou também que a Assembleia Municipal sempre o tinha respeitado.-------

-----Referiu também que a Assembleia Municipal não lhe tinha denegado justiça, uma vez que sempre tinha apreciado os documentos apresentados. Disse também que seriam os Tribunais que lhe iriam fazer justiça e não a Assembleia Municipal.----------

-----Por último, disse: "A Assembleia Municipal no âmbito do acompanhamento casuístico e documental fez a apreciação ao longo das várias sessões. Já aqui foi ouvido várias vezes e está em acta, não aceito como Presidente da Assembleia Municipal, que diga que tudo lhe é negado".----------

----------Interveio a senhora Anne Chistine Matos, esposa do senhor Eduardo Matos que perguntou pelas juristas que iriam estar presentes na sessão para debaterem o processo. Em resposta à senhora Maria Luísa Palma que na última sessão tinha questionado pela decisão do Tribunal sobre a suspensão de eficácia, referiu que a tinha com ela para quem quisesse consultar, pelo que poderiam ter o estabelecimento aberto.----------

-----Discordou quando o senhor Hélder Guerreiro referiu que tinham o estabelecimento aberto quando deveria estar fechado, uma vez que tinham utilizado todos os meios jurídicos para se manterem legalmente abertos.----------

-----Disse também: "Relativamente ao requerimento que enviamos, não se debateu muito a actividade da Câmara Municipal, nomeadamente aqui numa parte do requerimento onde fala de alguns comportamentos menos vulgares ou bastantes estranhos que fizeram sentir a Servipraia, ldª perseguida. Alguém tentou saber que comportamentos eram esses? As competências da Assembleia Municipal é acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara Municipal. Este assunto não foi amplamente debatido até agora.----------

-----Não querem ouvir a outra parte, só querem ouvir a parte do Presidente. Até à data entregámos documentos mais do que suficientes para provar que nós estamos de boa fé. Tentamos chamar a atenção à razão e à justiça".----------

----------Interveio novamente o senhor Presidente da Assembleia Municipal que informou que a acta da última sessão ordinária, fazia referência à eventual presença dos juristas na presente sessão e ninguém tinha proibido a presença deles, apenas tinha expressado a sua opinião sobre o assunto.----------

-----Discordou quando referiam que o assunto não tinha sido amplamente debatido na Assembleia Municipal, uma vez que a Proposta de Deliberação aprovada na presente sessão, fazia referência às inúmeras actas das sessões onde o assunto tinha sido debatido.----------

-----Por último, disse em relação à "perseguição e comportamentos menos vulgares" referida pela senhora Anne Matos, que: "Não faço aqui a injúria de pensar que a Servipraia está a querer dizer ou insinuar que a Assembleia Municipal ou o seu Presidente a persegue. Não tem razão para isso".----------

-----Disse também que a Assembleia Municipal na expressão variada das opiniões políticas e ideológicas que a compunham, sempre acompanhou e fiscalizou o funcionamento da Câmara

Municipal.----------

----------Interveio o senhor Caiado que fazia parte de um grupo de empresários e empreiteiros do Concelho de Odemira, que perguntou quando estavam a pagamento as taxas e as compensações urbanísticas camarárias. Perguntou também se as taxas iriam ser aplicadas aos processos mais antigos.----------

-----Por último disse que, desde Fevereiro do corrente ano, não eram emitidas licenças na Câmara Municipal, o que tinha implicações muito negativas para as empresas de construção civil que estavam com muitas dificuldades em manter o pessoal e continuar nessa situação por mais meses.----------

----------Interveio o senhor Arquitecto Varela que referiu que a senhora Anne Matos não tinha referido que a Assembleia Municipal a perseguia. Revelou que ela apenas tinha lido uma parte da decisão do Tribunal, na qual o senhor Juiz fazia referência ao comportamento da Câmara Municipal de Odemira em relação ao arguido Servipraia, Ldª, nomeadamente ao conceder licenças para logo as retirar, haver crescentes e sucessivas exigências e fiscalizações que punham em dúvida a imparcialidade e isenção da actuação da Câmara Municipal e não da Assembleia Municipal.----------

-----Por último, disse: “Ao senhor Deputado Helder Guerreiro que diz que há uma certa má fé da parte da Servipraia e que estão abertos sem licença, é importante que se diga que o Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, no dia onze de Maio de dois mil e cinco dá provisão a uma providência cautelar que a Servipraia mete e o Quebramar está, neste momento, aberto por decisão do Tribunal, está aberto legalmente”.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Assembleia Municipal que disse: “Fico mais descansado pelo esclarecimento que prestou, no sentido de que estava fora de qualquer dúvida, qualquer atitude da Assembleia Municipal que possa ser entendida como perseguição à Servipraia.----------

----------Interveio a senhora Anne Matos que informou que o estabelecimento Quebramar estava aberto com uma suspensão de eficácia que tinha efeitos suspensivos, pelo que até à data desconhecia qualquer violação à lei.----------

-----Revelou também que não tinham água no estabelecimento, porque estranhamente tinha sido corta a água à vila durante a madrugada, sem qualquer ordem administrativa e posteriormente foi restabelecida a ligação a todos, excepto ao Quebramar.----------

-----Por último, disse que tinha um despacho do senhor Presidente da Câmara Municipal de Odemira autorizando a consulta a todos os documentos, no entanto o Gabinete Jurídico do Município tinha indeferido a consulta.----------

----------Interveio o senhor Helder Guerreiro que informou que o que tinha dito na presente sessão, já o tinha feito anteriormente, nomeadamente o facto do estabelecimento estar aberto na passagem do ano de dois mil e quatro para dois mil e cinco, quando estariam sob um acordo para encerrar. Considerou também que todos os cidadãos tinham o direito de se defenderem, no entanto considerava que a Assembleia Municipal não tinha competências para decisões jurídicas e essas deveriam passar pelos Tribunais, onde decorriam as acções sobre o processo em causa.----------

-----Disse ainda que: “Se é difícil para os Tribunais, até ao momento terem decidido a finalização do processo, mais difícil será para nós fazermos essa apreciação. Li quase a totalidade dos documentos que me foram entregues sobre o caso e chego à conclusão inconclusiva”.----------

----------Interveio novamente o senhor Eduardo Matos que informou que o Quebramar estava aberto, porque os Tribunais o permitiam. Disse também que, se o Plano Ordenamento Orla Costeira não estava a ser cumprido, a culpa não era do particular que continuava como uma “bola de ping-pong” entre o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e a Costa Vicentina e a Câmara Municipal de Odemira, conforme constava nos documentos do último julgamento do

Tribunal.----------

-----Disse ainda que se sentia prejudicado e se a Administração Pública não se entendia, deveriam primeiro ser salvaguardados os seus direitos. Relembrou que havia sete anos que se encontrava nesta situação e como se tratava do seu "ganha pão", a sua preocupação era ter o estabelecimento aberto. Disse também: "Eu ganhei esse processo que segundo me dizem os juristas, ganha-se um em dez mil, porque eu consegui ir contra uma ordem administrativa de um Presidente da Câmara Municipal que evocou o interesse público."----------

----------Informou também que, se o Quebramar pode estar aberto, automaticamente todas as ordens para retirar água e esgotos teriam de ser revistas. Revelou ainda que tinha comprado uma bomba e um sistema de tratamento para purificar a água, e bem assim que continuava a comprar água, porque quem iria pagar a factura seria a Câmara Municipal de Odemira, uma vez que tinham cortado a água quando o estabelecimento estava aberto legalmente.----------

-----Por último, disse: "O estado em que aquela praia está neste momento, que é o espelho da vila, com uma obra embargada há seis anos, deviam ter vergonha na cara e tentar resolver o problema às pessoas."----------

----------Interveio o senhor Presidente da Câmara que informou que se tinha registado uma alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e à Tabela de Taxas e Licenças do Município de Odemira. Disse também que a questão prendia-se com o momento em que as taxas deveriam ser aplicadas. A lei referia que os projectos que entraram sob a legislação anterior, teriam de se manter sob essa legislação, salvo se os promotores tivessem mais interesse em ser aplicada a nova lei. O problema residia nos projectos que tinham entrado na Câmara Municipal sob uma legislação e tinham a sua conclusão com a vigência do novo Regulamento, o que provocava uma diferença expressiva na aplicação das taxas.----------

----------Informou também que o Município de Odemira não tinha deixado de passar licenças de acordo com o novo Regulamento e apenas alguns processos estavam pendentes, devido à

transição da legislação. Revelou também que tinham solicitado o parecer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo relativamente ao regime de transição de processos de uma legislação para a outra, e bem assim tinham dois técnicos do Município (uma economista e um arquitecto) a elaborar um estudo, no sentido de se ver até que ponto era possível, respeitando a fórmula da Lei, fazer recuar não as taxas, mas as compensações urbanísticas.----------

----------Interveio a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que referiu que a tabela de taxas tinha sido aprovada na Assembleia Municipal, conjuntamente com um "pacote legislativo muito extenso", e bem assim considerou que tinha sido difícil, na altura, terem a percepção correcta da sua aplicação prática. Disse também que entendia a fase difícil que as empresas estavam a atravessar, com muitos trabalhadores em casa, aumentando os custos sociais para o Concelho de Odemira.----------

-----Disse ainda o seguinte: "Parece que nós, Município de Odemira, estamos muito bem classificados no ranking dos mais caros, em termos de taxas e licenças e isso não é uma coisa que abone a favor de um Concelho, particularmente desfavorecido. Infelizmente ainda não temos um turismo vocacionado para o ano inteiro e apesar de termos mais qualidade em determinadas coisas que o Algarve. A situação dos nossos empreiteiros é particularmente complicada. Devíamos tentar arranjar uma solução muito rápida que conseguisse aliviar e dinamizar outra vez a construção civil. Também sabemos que a forma como eles funcionam enquanto empresa, é também particularmente complicada em termos sociais, nomeadamente a forma como fazem ou não os descontos, acabam por deixar muita gente em situações complicadas, sem acesso ao fundo de desemprego e protecção social."----------

----------Interveio o senhor Santana, pertencente ao grupo de empresários e empreiteiros, que informou que desde Fevereiro do corrente ano tinham processos pendentes de uma solução. Disse também que, com o actual valor das taxas e compensações, a Câmara Municipal teria de

comprar terrenos e fazer urbanizações, porque cada vez mais seria difícil para os senhores presentes continuarem a trabalhar.----------

-----Por último, perguntou para quando estava prevista a resolução do problema em causa.-------

----------Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal que relembrou que a Tabela de Taxas tinha entrado em vigor sob proposta da Câmara Municipal, aprovada pela Assembleia Municipal e publicada no Diário da República e por esse facto, não se podiam alterar as coisas, sem que existisse uma correcção dos valores.----------

----------Interveio novamente a senhora Joaquina Bernardino, Presidente da Junta de Freguesia de São Luís, que considerou que a Câmara Municipal deveria ter feito exercícios práticos com a aplicação desta tabela, de modo a evitar o presente problema.----------

-----Por último, questionou se não poderiam suspender a aplicação do regulamento em causa, uma vez que tinham sido eles próprios que o tinham aprovado.----------

----------Interveio o senhor Edgar Costa, pertencente ao grupo de empresários e empreiteiros presentes, que informou que o sentimento geral da população era de um concelho parado ao nível de desenvolvimento. Referiu ainda que no Concelho de Odemira, a construção para venda, tinha um limite, porque se tratava de uma zona sazonal onde as pessoas compravam as casas para férias, porém actualmente os custos imputados acabavam por elevar o custo final da casa, a um valor extremamente difícil para venda.----------

-----Manifestou também o seu agrado pelo facto do senhor Presidente da Câmara ter referido que estavam a analisar o problema para encontrarem uma solução. Por último, disse o seguinte: “Não temos um turismo de elite, temos um rio a destruir a praia e a praia do Malhão com acessos que não são propriamente desta época. Penso que a Assembleia Municipal deve meditar no assunto e refundar as taxas. Em Santiago do Cacém e Sines as compensações são mais baratas”.----------

----------Interveio novamente o senhor Santana que perguntou para quando estava prevista a

resolução dos processos pendentes. Por último disse que, se o valor das taxas e compensações não baixassem, provavelmente a construção civil no concelho de Odemira iria deixar de existir.

----------Interveio o senhor Helder Guerreiro que considerou demasiado exagerado, referirem que o desenvolvimento no Concelho de Odemira estava parado. Considerou ainda que se poderia referir que o sector da construção civil e imobiliário tinha sofrido com a aplicação das taxas em causa.----------

-----Por último, disse que a eventual justeza da aplicação das taxas seria um processo de reflexão que teriam de fazer.----------

----------Interveio o senhor Presidente da Assembleia que disse o seguinte: "Se as pessoas aqui vieram é porque, de facto, a situação preocupa a todos e eu tenho de partilhar essa ideia. Se de facto as coisas estão erradas temos de pensar nelas e modificar."----------

----------Interveio novamente o senhor Edgar Costa que considerou que o senhor Helder Guerreiro estava um pouco desfasado da realidade do Concelho de Odemira. Perguntou também em que situação se encontravam os Planos de Pormenor.----------

----------Interveio o senhor Engenheiro António Samora que considerou, que independentemente do entendimento da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento da Região do Alentejo, relativamente à aplicação das taxas aos processos em curso, dever-se-ia continuar a trabalhar no estudo económico que estava em elaboração, para tentar aproximar o valor das taxas de acordo com a economia e o desenvolvimento do Concelho de Odemira.-------

----------Interveio novamente o senhor Eduardo Matos, que disse o seguinte: Tendo em conta a decisão do Tribunal, o senhor Presidente da Câmara Municipal está disposto a cumprir ou não a decisão do Tribunal. Diz respeito a mim e a todos os utentes que nos vêm visitar. Se vai ligar a água ou não, de acordo com o que foi decretado pelo Tribunal Administrativo".----------

----------Interveio novamente o senhor Helder Guerreiro que considerou que a palavra "desenvolvimento", compreendia uma série de coisas que não incluía apenas o sector da

construção civil. Considerou também que seria normal que a presente situação afectasse uma série de postos de trabalho e famílias dentro do Concelho de Odemira. Referiu também que considerava que existia desenvolvimento no Concelho de Odemira, dentro dos outros sectores.-----Por último, considerou que estavam de acordo quanto à forma de alterar a situação e quanto mais rápida fosse seria melhor.----------Interveio o senhor Manuel Cruz que referiu que num Concelho como Odemira, muito raramente se viam pessoas com vontade de investir, e bem assim tinham consciência que não era apenas a construção civil que resolveria todas as dificuldades. Em face das preocupações apresentadas, solicitou a colaboração de todos para encontrarem um ponto de equilíbrio justo e rápido.----------Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que o problema tinha surgido com alguns processos em curso, no entanto considerava que a questão maior passava pela tabela de taxas e compensações. Disse também que o estudo que estava a ser elaborado, era no sentido de garantir uma solução, não apenas para os processos em causa, mas para trabalhar ao longo do tempo.----------Disse ainda que a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região do Alentejo, tinha ficado de responder até ao final da próxima semana. Em face do exposto, referiu que não poderia indicar uma data exacta. Quanto ao processo do Quebramar, disse que se tratava de um processo complexo que se encontrava em tribunal. Disse também que acataria qualquer decisão final que o Tribunal reproduzisse e não as decisões intermédias. Relembrou ainda que o problema Quebramar se dividia em dois processos distintos que muitas vezes eram confundidos, designadamente o referente ao estabelecimento antigo e outro referente ao estabelecimento novo. Disse também “Das conversas com os advogados da Câmara Municipal sobre a questão do Quebramar antigo, o momento determinante para o encerramento do Quebramar é um fax que está no processo do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa

Vicentina que foi enviado à Câmara Municipal a dizer que a licença de domínio público não tinha sido concedida e que naturalmente tinha de ser fechado. Eu compreendo que o senhor Eduardo Matos se sinta prejudicado, porque foi o Parque Natural que lhe marcou o Quebramar novo”.----------

-----Referiu ainda que tinha alertado o Parque Natural para o facto do novo Quebramar se encontrar implantado fora da mancha que estava na Planta de Praia do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, facto que comprovava com a uma fotografia aérea.----------

-----Relembrou, que o processo do Quebramar tinha surgido através de uma denúncia pública feita numa sessão da Assembleia Municipal e, bem assim, referiu que a sua actuação nesse processo tinha sido em função das sentenças dos Tribunais e das orientações jurídicas, das Juristas do Município e do Dr. Afonso Brigas, Advogado contratado para o efeito.----------

-----Revelou ainda que, na altura, tinha informado o Dr. João Nunes, Director do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e o senhor Eduardo Matos, que a solução do problema passava por o Instituto de Conservação da Natureza mandar publicar uma nova planta de praia, já que fisicamente o rio tinha retirado a areia necessária para suportar o novo estabelecimento.----------

-----Referiu também que o senhor Eduardo Matos tinha referido que tinha fechado o Quebramar várias vezes, porém não era essa informação que tinha da Guarda Nacional Republicana e da população de Vila Nova de Milfontes.----------

-----Por último, disse “como é que o senhor Juiz que decidiu suspender a eficácia do despacho de encerramento do Quebramar, passou por cima do caso resolvido pelo Pleno do Supremo Tribunal Administrativo? O caso tinha transitado em julgado.”----------

-----Também disse que estranhava o facto do Quebramar se encontrar aberto, uma vez que o município tinha recorrido da sentença e suspendido a eficácia da mesma. Em relação à água, informou que tinha uma cópia da sentença e do recurso e não via nenhuma ordem para a

Câmara Municipal restabelecer a ligação.----------

-----Quanto à Proposta de deliberação aprovada no último ponto da Ordem de Trabalhos, informou que a mesma quando desse entrada na Câmara Municipal seria entregue ao Doutor Afonso Brigas e à Doutora Paula Silva para, se entendessem, reunissem com o jurista que acompanha a Servipraia no litigio, para tentarem uma solução.----------

----------Interveio novamente a senhora Anne Matos que referiu que o senhor Presidente da Câmara Municipal continuava a mentir, porque dizia que tinha recebido um fax do Parque Natural a dizer que eles não tinham licença. Perguntou também porque não eram mencionados os outros estabelecimentos que não cumpriam o Plano de Ordenamento da Orla Costeira.--------

----------Interveio novamente o senhor Presidente da Câmara Municipal que informou que, relativamente aos outros apoios de praia, se tivesse havido uma acusação, o procedimento seria exactamente o mesmo. Referiu também que não aceitava que a senhora Anne Matos, o tivesse acusado de mentir, até porque os documentos estavam na pasta para quem quisesse ver.----------

----------Não havendo mais intervenções, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado este Período da Ordem de Trabalhos.----------

----------**APROVAÇÃO EM MINUTA**----------

----------Nos termos do artigo nonagésimo segundo da Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, que veio introduzir alterações à Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, foram aprovadas em Minuta todas as deliberações tomadas para que produzam efeitos imediatos, por unanimidade, com dezoito votos a favor dos membros eleitos pelo Partido Socialista, sete votos a favor dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária e um voto a favor do membro eleito pelo Partido Social Democrata, quando estavam presentes vinte e seis membros da Assembleia Municipal.--

----------**ENCERRAMENTO DA SESSÃO**----------

----------Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada

a sessão eram três horas.----------

----------De tudo, para constar, se lavrou a presente acta que, nos termos da Lei, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e pelos Secretários.----------

----------O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,----------

----------O PRIMEIRO SECRETÁRIO,----------

----------O SEGUNDO SECRETÁRIO,----------